

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

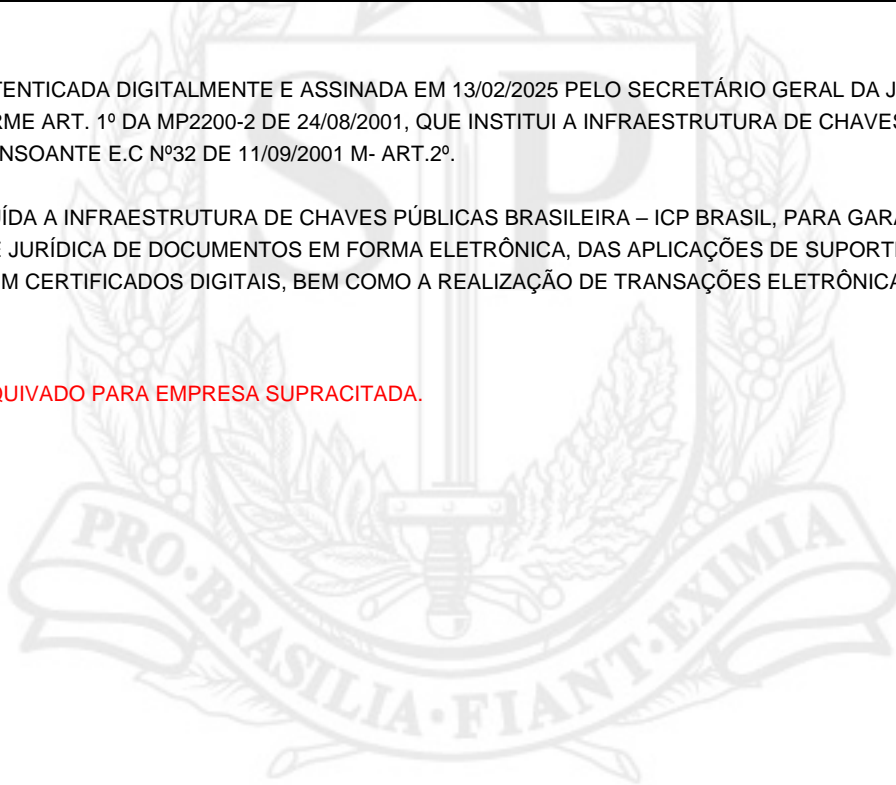
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35233490018	CNPJ 41.049.382/0001-25	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.328.015/24-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 16/12/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 13/02/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 17:20:23	CÓDIGO DE CONTROLE 257247127
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 13/02/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.




Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPJ2400105363



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Arquivamento de Ata		
NOME EMPRESARIAL VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.		PORTE Demais
LOGRADOURO RUA 15 DE NOVEMBRO		NÚMERO 1961
COMPLEMENTO LT 10A; QD 1	BAIRRO/DISTRITO COND.INDUSTRIAL	CEP 13385100
MUNICÍPIO NOVA ODESSA		UF SP
E-MAIL		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 41049382000125	NIRE - SEDE 35233490018
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: NATANAEL PEREIRA - Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 251,76 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

06/12/2024

Página 1 de 1



VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 41.049.382/0001-25

ATA DE REUNIÃO DE SOCIEDADE LIMITADA REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2024

SOCIEDADE LIMITADA: VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.
RAZÃO SOCIAL: VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 41.049.382/0001-25

DA DATA, DA HORA E DO LOCAL

Em 06 (seis) de dezembro de 2024, às 08:00 horas, na Empresa Verde Lagos Participações LTDA., em Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rua 15 de Novembro, 1961, Lote 10 A Quadra 1, Condomínio Industrial 15 de Novembro, CEP 13.385-100.

DA PRESENÇA

Foi realizada Assembleia de Reunião, com a participação dos Sócios Administradores e Administradores não sócios desta Sociedade Limitada, a qual compareceram os seguintes Sócios Administradores: **LUCAS ESTEVES PEREIRA**, brasileiro, casado, empresário, RG sob o nº MG-15.335.170 PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 110.093.186-40 residente e domiciliado na Rua Buriti, 74, Residencial Floresta, CEP. 37130-374, na cidade de Alfenas/MG e **MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade RG sob o nº MG-17.621.515 PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 110.094.246.70, residente e domiciliado na Rua Buriti, 74, Residencial Floresta, CEP. 37130-374, na cidade de Alfenas/MG, únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada denominada VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA. que integralizam conjuntamente 100% do capital social da sociedade limitada.

Compareceram também os seguintes Administradores não sócios e usufrutuários: **NATANAEL PEREIRA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº MG-4.112.771 expedida pela PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 502.690.546-34, residente e domiciliado na Av. Rodolfo Kivitz, 1250, Apto. 155, Jardim Primavera, CEP. 13.380-560, município de Nova Odessa/SP; **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, farmacêutica, portadora da cédula de identidade RG sob o nº MG-4.028.610 expedida pela PC/MG e inscrita no CPF sob o nº 825.604.396-20, residente e domiciliada Av. Rodolfo Kivitz, 1250, Apto. 155, Jardim Primavera, CEP. 13.380-560, município de Nova Odessa/SP.

DA COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidiram esta Assembleia o Presidente: Sr. Natanael Pereira; e a Secretária: Sr^a. Magali Aparecida Esteves Pereira.

Rua 15 de Novembro, 1961, Condomínio Industrial 15 de Novembro, Complemento: Lote 10 A, Quadra: 1; Nova Odessa - SP, CEP: 13.385-100
TEL: (35)3701-0450



Certifico o registro sob o nº 1.328.015/24-5 em 16/12/2024 da empresa VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA., NIRE nº 35233490018, protocolado sob o nº SPJ2400105363. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR - Secretário Geral. Autenticação: 257247127. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 41.049.382/0001-25

DA ORDEM DO DIA

Esta reunião teve como ordem do dia, autorizar a prestação de garantia, através de aval, em operações financeiras em favor da ALFALAGOS LTDA. (CNPJ: 05.194.502/0001-14) com o BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

DAS DELIBERAÇÕES

Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, aprovaram a seguinte deliberação: Autorizar a prestação de garantia, através de aval, em caráter irrevogável e irretratável, em favor da empresa ALFALAGOS LTDA. (CNPJ: 05.194.502/0001-14) com o BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

DO ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA

Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, o **PRESIDENTE** encerrou a Assembleia. O **SECRETÁRIO** lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelos sócios presentes, pelo **SECRETÁRIO** e pelo **PRESIDENTE**.

Nova Odessa-SP, 06 (seis) de dezembro de 2024.

Natanael Pereira
Presidente
CPF: 502.690.546-34

Magali Aparecida Esteves Pereira
Secretária
CPF: 825.604.396-20

Lucas Esteves Pereira
Sócio Administrador
CPF: 110.093.186-40

Matheus Esteves Pereira
Sócio Administrador
CPF: 110.094.246.70

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 06/12/2024 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
Arquivamento de Ata.pdf			
NATANAEL PEREIRA	50269054634	06/12/24 16:57	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7
MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA	82560439620	06/12/24 17:00	AC ONLINE RFB v5 / PDF-1.7
MATHEUS ESTEVES PEREIRA	11009424670	06/12/24 17:12	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7
Lucas Esteves Pereira	11009318640	06/12/24 17:15	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7

*Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº
SPJ2400105363*

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPJ2400105363** de Arquivamento de Ata da empresa **VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Cintia Aparecida Nery**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 16/12/2024.

Cintia Aparecida Nery, CPF: 31622795857

Este documento foi assinado digitalmente por Cintia Aparecida Nery e é parte integrante sob o protocolo Nº SPJ2400105363.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA. de NIRE 35233490018**, protocolizado sob o número **SPJ2400105363** em **16/12/2024**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1328015245**.

Assina o registro a Secretária-Geral Marina Centurion Dardani.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 16/12/2024.

Marina Centurion Dardani, CPF: 22059603854

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

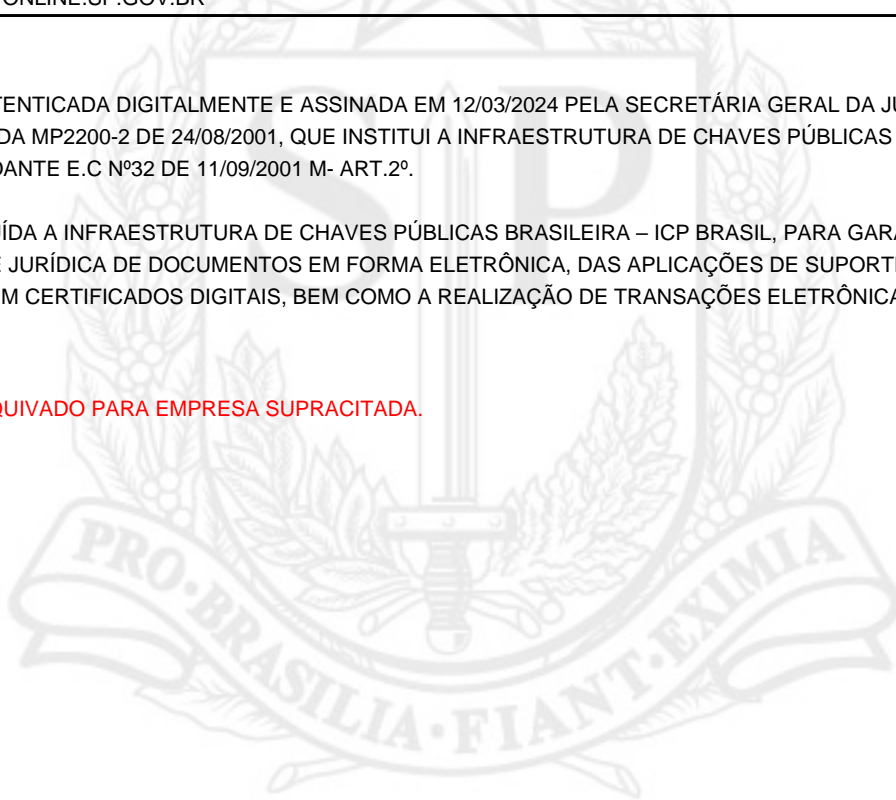
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35233490018	CNPJ 41.049.382/0001-25	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.054.778/24-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 08/03/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 12/03/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 20:07:35	CÓDIGO DE CONTROLE 233225206
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 12/03/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.


ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

<p align="center">Protocolo Redesim</p> <p align="right">SPN2413445556</p> 
--

DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Capital e QSA		
NOME EMPRESARIAL VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.		PORTE Demais
LOGRADOURO RUA 15 DE NOVEMBRO		NÚMERO 1961
COMPLEMENTO LT 10A; QD 1	BAIRRO/DISTRITO COND.INDUSTRIAL	CEP 13385100
MUNICÍPIO NOVA ODESSA		UF SP
E-MAIL ALFALAGOS@ALFALAGOS.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 41049382000125	NIRE - SEDE 35233490018
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: NATANAEL PEREIRA - Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 251,76 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ N. 41.049.382/0001-25

NIRE 35233490018

Pelo presente instrumento particular, **NATANAEL PEREIRA**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG sob o nº MG-4.112.771 expedida pela PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 502.690.546-34, residente e domiciliado na Av. Rodolfo Kivitz, 1250, Apto. 155, Jardim Primavera, CEP. 13.380-560, município de Nova Odessa/SP; **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, farmacêutica, portadora da cédula de identidade RG sob o nº MG-4.028.610 expedida pela PC/MG e inscrita no CPF sob o nº 825.604.396-20, residente e domiciliada Av. Rodolfo Kivitz, 1250, Apto. 155, Jardim Primavera, CEP. 13.380-560, município de Nova Odessa/SP; **LUCAS ESTEVES PEREIRA**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 22/09/93, portador da cédula de identidade RG sob o nº MG-15.335.170 PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 110.093.186-40, residente e domiciliado na Rua Buriti, 74, Residencial Floresta, CEP. 37130-374, na cidade de Alfenas/MG; e **MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 08/01/97, portador da cédula de identidade RG sob o nº MG-17.621.515 PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 110.094.246.70, residente e domiciliado na Rua Buriti, 74, Residencial Floresta, CEP. 37130-374, na cidade de Alfenas/MG, únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada denominada **VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE nº NIRE 35233490018, e sob o CNPJ nº 41.049.382/0001-25, com sua sede na Rua 15 de Novembro, 1961, Condomínio Industrial 15 de Novembro, Lote 10 A, Quadra 1, CEP. 13.385-100, município de Nova Odessa/SP, resolvem alterar o presente contrato social de sociedade empresária limitada que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, em conformidade com a Lei 10.406/2002:

CLÁUSULA PRIMEIRA – RETIRADA DE SÓCIOS MEDIANTE DOAÇÃO DE QUOTAS:

A – DOAÇÃO REALIZADA PELO SÓCIO NATANAEL PEREIRA:

O sócio **NATANAEL PEREIRA**, que possui inteiramente integralizado nesta sociedade a totalidade de R\$ 394.540,00 (trezentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta reais), equivalentes a 394.540 (trezentos e noventa e quatro mil quinhentas e quarenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, na melhor forma de direito, livre e espontaneamente, sem nenhuma coação ou vício de consentimento, **tendo como justa causa o desejo de ver sua empresa prosperando juntamente com o desenvolvimento de seus filhos. RETIRA-SE**, neste momento, desta sociedade, da condição de sócio, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas aos seus 02 (dois) filhos qualificados acima nesta alteração, **a título de DOAÇÃO COM RESERVA DE USUFRUTO VITALÍCIO para si e para sua esposa MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA, também já qualificada nesta alteração, adiante regulado e com os encargos da inalienabilidade, incomunicabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade, bem como gravando o total poder de voto e controle da sociedade, sem a necessidade da assinatura dos sócios donatários até a extinção do usufruto**, que declaram aceitar a doação com os encargos referidos, da seguinte forma:

a) O sócio **MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, recebe, neste ato, 222.270 (duzentas e vinte e duas mil duzentas e setenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 222.270,00 (duzentos e vinte dois mil duzentos e setenta reais);

b) O sócio **LUCAS ESTEVES PEREIRA**, recebe, neste ato, 172.270 (cento e setenta e duas mil duzentas e setenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 172.270,00 (cento e setenta e dois mil duzentos e setenta reais).

B – DOAÇÃO REALIZADA PELA SÓCIA MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA:

A sócia **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA**, que possui inteiramente integralizado nesta sociedade a totalidade de R\$ 394.540,00 (trezentos e noventa e quatro mil quinhentos e quarenta reais), equivalentes a 394.540 (trezentos e noventa e quatro mil quinhentas e quarenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, na melhor forma de direito, livre e espontaneamente, sem nenhuma coação ou vício de consentimento, **tendo**

como justa causa o desejo de ver sua empresa prosperando juntamente com o desenvolvimento de seus filhos, RETIRA-SE, neste momento, desta sociedade, da condição de sócia, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas aos seus 02 (dois) filhos qualificados acima nesta alteração, a título de DOAÇÃO COM RESERVA DE USUFRUTO VITALÍCIO para si e para seu esposo NATANAEL PEREIRA, também já qualificado nesta alteração, adiante regulado e com os encargos da inalienabilidade, incomunicabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade, bem como gravando o total poder de voto e controle da sociedade, sem a necessidade da assinatura dos sócios donatários até a extinção do usufruto, que declaram aceitar a doação com os encargos referidos, da seguinte forma:

b) O sócio **MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, recebe, neste ato, 222.270 (duzentas e vinte e duas mil duzentas e setenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 222.270,00 (duzentos e vinte dois mil duzentos e setenta reais);

b) O sócio **LUCAS ESTEVES PEREIRA**, recebe, neste ato, 172.270 (cento e setenta e duas mil duzentas e setenta) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 172.270,00 (cento e setenta e dois mil duzentos e setenta reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os sócios **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA e NATANAEL PEREIRA**, assinam o presente instrumento, dando suas respectivas outorgas uxória e marital, para esta doação de quotas, prevista no artigo 1.647, I, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Tendo em vista que parte dessas quotas doadas, compõem a parte disponível do patrimônio dos sócios **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA e NATANAEL PEREIRA**, ficam os donatários dispensados de trazer os bens à colação em um futuro processo de inventário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social permanece inalterado em R\$ 924.776,00 (novecentos e vinte e quatro mil setecentos e setenta e seis reais), dividido em 924.776 (novecentas e vinte e quatro mil setecentas e setenta e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, ficando assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR R\$
LUCAS ESTEVES PEREIRA	50%	462.388	R\$ 462.388,00
MATHEUS ESTEVES PEREIRA	50%	462.388	R\$ 462.388,00
TOTAL	100%	924.776	R\$ 924.776,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As quotas recebidas pelos sócios donatários dos doadores e usufrutuários **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA e NATANAEL PEREIRA**, ficam reservadas neste ato, com o direito de **USUFRUTO VITALÍCIO** em seus favores. Dessa forma, o poder de voto na sociedade fica resguardado aos sócios retirantes, doadores e usufrutuários. Para isso, todos os direitos enumerados nos artigos 1.394 a 1.399 do Código Civil, para que possam livremente gozar e usufruir de ditas quotas como se donos fossem, conservando e protegendo a titularidade em favor dos sócios nus proprietários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Entre os poderes e/ou direitos atribuídos aos sócios retirantes, ora doadores e usufrutuários, está o de votar nas deliberações sociais, correspondendo o número de votos a quantidade de quotas que detiver de usufruto; o de vetar a nomeação de procuradores, bem como restringir os poderes que forem outorgados em mandatos. Além desses direitos de voto e de veto, também lhe é assegurado o direito de decidir todas as questões versadas de acordo com essa alteração contratual, com o percentual que corresponder ao capital social a quantidade de quotas tidas em usufruto. Desta forma, se as quotas usufruídas representarem 75% (setenta e cinco por cento) ou mais do capital social, o usufrutuário decidirá com o respectivo percentual que possuir, todas as questões relativas à sociedade, sem nenhuma exceção, assim como regulado nas disposições dessa alteração contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As quotas doadas também ficam sujeitas à **cláusula de reversão**, pois em caso de morte dos sócios donatários, as respectivas quotas retornam aos doadores e usufrutuários.

PARÁGRAFO QUARTO: As quotas da sociedade são **indivisíveis e impenhoráveis**, bem como não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos doadores e usufrutuários e demais sócios, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao usufrutuário e aos sócios que queiram adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as que possui, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedado aos sócios caucionar ou dar suas quotas em garantia, seja a que título for.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de falecimento de **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA** ou **NATANAEL PEREIRA**, o benefício de usufruto será acrescido imediatamente ao do sobrevivente, nos termos do artigo 1411 do Código Civil, continuando ainda gravadas as quotas com incomunicabilidade, inalienabilidade, impenhorabilidade e reversibilidade na forma da lei civil, conforme alteração contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO:

Os sócios, de comum acordo, resolvem dar nova redação a cláusula quinta do contrato social, passando a vigorar da seguinte forma:

A administração da sociedade caberá a **NATANAEL PEREIRA e MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA**, como administradores não sócios, e aos sócios **LUCAS ESTEVES PEREIRA e MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, de forma conjunta, com os poderes e atribuições de representá-la ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, sempre na defesa dos interesses sociais, sendo de única e exclusiva competência os negócios patrimoniais, trabalhistas, previdenciários, tributários, financeiros, comerciais e todos os demais atos necessários à gestão da sociedade, respondendo, quando for o caso, pelos excessos que vierem a cometer, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros; podendo onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sempre de comum acordo.

CLÁUSULA QUARTA – RETIRADA DE SÓCIOS:

Os sócios, de comum acordo, resolvem dar nova redação a cláusula sexta do contrato social, passando a vigorar da seguinte forma:

Se qualquer dos sócios desejarem se retirar da sociedade deverá comunicar sua intenção aos outros por escrito, especificando o preço da oferta e as condições de pagamento, e concedendo prazo de 180 (cento e oitenta) dias para manifestação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Neste caso, se qualquer sócio desejar retirar-se da sociedade, é assegurado o direito de preferência ao (s) sócio (s) remanescente (s) que poderá (ão) exercê-lo pagando da seguinte forma: Será levantado um Balanço Patrimonial na data desse evento e com base nessas demonstrações, que de acordo com os valores contábeis e os haveres apurados à época da retirada, será pago em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda, vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio. Somente será aplicável esta condição aos sócios donatários quando ocorrer a plena extinção do direito de usufruto. Justifica-se esse privilégio exclusivo aos doadores e usufrutuários, por serem os principais fundadores da sociedade, interpretando-se essa condição como proteção e justificativa do interesse coletivo da sociedade e dos direitos da família dos usufrutuários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso os sócios e/ou usufrutuários não entrem em consenso com relação à forma de apuração e pagamento dos haveres, descrita no parágrafo primeiro, podem, mediante reunião convocada especialmente para esse fim, deliberar por outra forma de liquidação e recebimento dos haveres do sócio retirante, maneira essa que deverá ser aprovada por unanimidade.

CLÁUSULA QUINTA – EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA:

Os sócios, de comum acordo, resolvem dar nova redação a cláusula sétima do contato social, passando a vigorar da seguinte forma:

Os sócios podem deliberar, em reunião de sócios especialmente convocados para este fim, excluir da sociedade, por justa causa, o sócio que esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DIREITO DE DEFESA: Visando a proteção do (s) sócio (s) minoritário (s) faculta-se a este sobre o qual pesa o efeito da exclusão apresentar defesa na reunião especialmente convocada para este fim, com antecedência mínima de 15 dias a contar da data da notificação, devendo ser apurados os respectivos haveres através de demonstrações contábeis da sociedade na data do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: APURAÇÃO DE HAVERES: Deliberando os sócios pela exclusão do (s) sócio (s) minoritário (s) fica estipulado, desde já, que será levantado um Balanço Patrimonial na data da saída e com base nestas demonstrações contábeis será apurado o quinhão do sócio, que será reembolsado em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda, vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio. **Somente será aplicável esta condição aos sócios donatários quando ocorrer a plena extinção do direito de usufruto. Justifica-se esse privilégio exclusivo aos doadores e usufrutuários,** por serem os principais fundadores da sociedade, interpretando-se essa condição como proteção e justificativa do interesse coletivo da sociedade e dos direitos da família dos usufrutuários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso os sócios e/ou usufrutuários não entrem em consenso com relação à forma de apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído, descrita no parágrafo segundo, podem, mediante reunião convocada especialmente para esse fim, deliberar por outra forma de liquidação e recebimento dos haveres, maneira essa que deverá ser aprovada por unanimidade.

CLÁUSULA SEXTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Os sócios, de comum acordo resolvem incluir uma cláusula de legislação aplicável ao contrato social, com a seguinte redação:

A sociedade será regida, em primeiro lugar, pelas disposições deste Contrato. Serão aplicadas, supletivamente, as normas do Livro II, Título II, Subtítulo II, Capítulo IV, do Código Civil de 2002 – Lei 10.406, de 10.01.2002, e, subsidiariamente a elas, as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores).

CLÁUSULA SÉTIMA – ACORDO DE SÓCIOS:

Os sócios, de comum acordo resolvem incluir uma cláusula de acordo de sócios ao contrato social, com a seguinte redação:

Todos e quaisquer acordos de sócios existentes entre os sócios da Sociedade deverão estar arquivados em sua sede e à disposição de qualquer sócio da Sociedade que deseje ter acesso a seu conteúdo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os acordos de sócios deverão obedecer às prescrições da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, em especial o artigo 118, daquele Diploma Legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão os acordos de sócios ser levados a registro perante a Junta Comercial, para que tenham validade contra terceiros. Entre os signatários, contudo, terão valor independentemente de registro e, no caso de descumprimento, poderão ser objeto de execução específica, conforme neles estiver previsto.

*Todas as demais cláusulas contratuais que não colidirem com os termos desta alteração, permanecem em vigor. Em razão das alterações acima, os sócios resolvem **consolidar** o contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:*

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO E SEDE:

A sociedade girará sob a denominação social de **VERDE LAGOS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sua sede na Rua 15 de Novembro, 1961, Condomínio Industrial 15 de Novembro, Complemento: Lote 10 A, Quadra: 1; Nova Odessa - SP, CEP: 13.385-100.

CLÁUSULA SEGUNDA: FILIAIS E SUCURSAIS:

A sociedade poderá abrir ou fechar filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, mediante alteração contratual, obedecendo à legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETO SOCIAL:

A sociedade terá como objeto social:

Gestão de participações societárias em outras empresas, Holding não financeira.

PARÁGRAFO ÚNICO: A sociedade poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUARTA: CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 924.776,00 (novecentos e vinte e quatro mil setecentos e setenta e seis reais), divididos em 924.776 (novecentas e vinte e quatro mil setecentas e

setenta e seis) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, divididas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	PARTICIPAÇÃO	QUOTAS	VALOR R\$
LUCAS ESTEVES PEREIRA	50%	462.388	R\$ 462.388,00
MATHEUS ESTEVES PEREIRA	50%	462.388	R\$ 462.388,00
TOTAL	100%	924.776	R\$ 924.776,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As quotas recebidas pelos sócios donatários dos doadores e usufrutuários **MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA e NATANAEL PEREIRA**, ficam reservadas neste ato, com o direito de **USUFRUTO VITALÍCIO** em seus favores. Dessa forma, o poder de voto na sociedade fica resguardado aos sócios retirantes, doadores e usufrutuários. Para isso, todos os direitos enumerados nos artigos 1.394 a 1.399 do Código Civil, para que possam livremente gozar e usufruir de ditas quotas como se donos fossem conservando e protegendo a titularidade em favor dos sócios nus proprietários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As quotas da sociedade são **indivisíveis e impenhoráveis**, bem como não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos doadores e usufrutuários e demais sócios, cabendo em igualdade de preços e condições, o direito de preferência ao usufrutuário e aos sócios que queiram adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as que possui, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

PARÁGRAFO QUARTO: É vedado aos sócios caucionar ou dar suas quotas em garantia, seja a que título for.

CLÁUSULA QUINTA: ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade caberá a **NATANAEL PEREIRA e MAGALI APARECIDA ESTEVES PEREIRA, como administradores não sócios**, e aos sócios **LUCAS ESTEVES PEREIRA e MATHEUS ESTEVES PEREIRA**, de forma **conjunta**, com

os poderes e atribuições de representá-la ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, sempre na defesa dos interesses sociais, sendo de única e exclusiva competência os negócios patrimoniais, trabalhistas, previdenciários, tributários, financeiros, comerciais e todos os demais atos necessários à gestão da sociedade, respondendo, quando for o caso, pelos excessos que vierem a cometer, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros; podendo onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sempre de comum acordo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberá aos administradores da sociedade, a decisão de nomeação dos representantes da sociedade nas empresas coligadas, controladas ou em que participe de alguma forma.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de impossibilidade, por qualquer motivo, de um dos administradores continuar a exercer esses poderes, a administração e representação da sociedade passará, mediante alteração contratual registrada no órgão competente, a ser feita pelo administrador remanescente. Assim, para todos esses atos, tais como movimentação de contas bancárias, assunção de ônus e responsabilidades de qualquer espécie, gestão financeira, operacional, de pessoal, alienação de patrimônio móvel ou imóvel, representação judicial, outorga de mandatos de qualquer natureza só terá validade mediante a assinatura de no mínimo dois dos sócios acima nomeados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

PARÁGRAFO QUARTO: Os administradores farão “jus” a uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, em valor a ser fixado anualmente de comum acordo.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITO DE RETIRADA:

Se qualquer dos sócios desejarem se retirar da sociedade deverá comunicar sua intenção aos outros por escrito, especificando o preço da oferta e as condições de pagamento, e concedendo prazo de 180 (cento e oitenta) dias para manifestação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Neste caso, se qualquer sócio desejar retirar-se da sociedade, é assegurado o direito de preferência ao (s) sócio (s) remanescente (s) que poderá (ão) exercê-lo pagando da seguinte forma: Será levantado um Balanço Patrimonial na data desse evento e com base nessas demonstrações, que de acordo com os valores contábeis e os haveres apurados à época da retirada, será pago em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda, vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio. **Somente será aplicável esta condição aos sócios donatários quando ocorrer a plena extinção do direito de usufruto. Justifica-se esse privilégio exclusivo aos doadores e usufrutuários,** por serem os principais fundadores da sociedade, interpretando-se essa condição como proteção e justificativa do interesse coletivo da sociedade e dos direitos da família dos usufrutuários.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso os sócios e/ou usufrutuários não entrem em consenso com relação à forma de apuração e pagamento dos haveres, descrita no parágrafo primeiro, podem, mediante reunião convocada especialmente para esse fim, deliberar por outra forma de liquidação e recebimento dos haveres do sócio retirante, maneira essa que deverá ser aprovada por unanimidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA:

Os sócios podem deliberar, em reunião de sócios especialmente convocados para este fim, excluir da sociedade, por justa causa, o sócio que esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DIREITO DE DEFESA: Visando a proteção do (s) sócio (s) minoritário (s) faculta-se a este sobre o qual pesa o efeito da exclusão apresentar defesa na reunião especialmente convocada para este fim, com antecedência mínima de 15 dias a contar da data da notificação, devendo ser apurados os respectivos haveres através de demonstrações contábeis da sociedade na data do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: APURAÇÃO DE HAVERES: Deliberando os sócios pela exclusão do (s) sócio (s) minoritário (s) fica estipulado, desde já, que será levantado um Balanço Patrimonial na data da saída e com base nestas demonstrações contábeis será apurado o quinhão do sócio, que será reembolsado em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice similar que preserve o valor real da moeda, vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio. Somente será aplicável esta condição aos sócios donatários quando ocorrer a plena extinção do direito de usufruto. Justifica-se esse privilégio exclusivo aos doadores e usufrutuários, por serem os principais fundadores da sociedade, interpretando-se essa condição como proteção e justificativa do interesse coletivo da sociedade e dos direitos da família dos usufrutuários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso os sócios e/ou usufrutuários não entrem em consenso com relação à forma de apuração e pagamento dos haveres do sócio excluído, descrita no parágrafo segundo, podem, mediante reunião convocada especialmente para esse fim, deliberar por outra forma de liquidação e recebimento dos haveres, maneira essa que deverá ser aprovada por unanimidade.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE DURAÇÃO:

A sociedade é constituída por prazo indeterminado, iniciando suas atividades na data da assinatura desse contrato.

CLÁUSULA NONA – PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO ÚNICO: A sociedade poderá levantar balanços periódicos durante o exercício e distribuir resultados com base nestas demonstrações contábeis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:

Por deliberação dos administradores poderá haver distribuição de lucros quer seja mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente, mediante levantamento do resultado através das Demonstrações Financeiras, apurada no final de cada período e devidamente registrado em sua escrituração contábil. Os administradores, se assim desejarem, poderão deliberar pelo levantamento de Balanços Intermediários, que é o de apurar os Lucros do próprio exercício social em curso, quer seja mensalmente, trimestralmente, semestralmente ou ainda anualmente, onde os Lucros apurados poderão ser distribuídos a todos os sócios, de maneira **DESPROPORCIONAL** as suas quotas no capital social, desde que a sociedade possua recursos financeiros para suportá-los. Os sócios, desde já, reconhecem a validade desta condição que é justificada como mecanismo de retribuição a cada sócio que colaborou com seu trabalho pessoal para a formação do resultado auferido pela sociedade, independente de eventual pagamento de “pró-labore”.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AFFECTIO SOCIETATIS:

Falecendo qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades normalmente com o sócio remanescente. A sociedade é fundada sobre o princípio da affectio societatis, que deve estar presente obrigatoriamente em relação a todos os sócios, uma vez que é fundamental à sobrevivência da sociedade e de seu desiderato. **Por essa razão não será admitido, em nenhuma hipótese, o ingresso de eventuais sucessores, seja a que título for, sem o expresse consentimento do sócio remanescente, a quem caberá, exclusivamente, a decisão de admitir na sociedade pessoas estranhas ao quadro societário.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na presença de eventuais sucessores, que não obtiverem consentimento de admissão na sociedade, será levantado um Balanço Patrimonial na data desse evento, e com base nessas demonstrações que se basearão exclusivamente nos valores contábeis, será apurado o quinhão respectivo que será reembolsado em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação de índice geral de preços (conceito de disponibilidade interna) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou índice

similar que preserve o valor real da moeda, vencendo a primeira 60 dias a contar do desligamento do sócio.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso os sócios e/ou usufrutuários não entrem em consenso com relação à forma de apuração e pagamento do quinhão do sócio falecido, aos seus respectivos herdeiros, descrita no parágrafo primeiro, podem, mediante reunião convocada especialmente para esse fim, deliberar por outra forma de liquidação e recebimento dos haveres por parte dos herdeiros, maneira essa que deverá ser aprovada por unanimidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE:

A sociedade será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei, notadamente nos casos previstos nos artigos 1.033 e 1.044 da lei 10.406/2002. A reunião de sócios estabelecerá as condições da liquidação e nomeará o liquidante que funcionará durante o período de liquidação, fixando os respectivos honorários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:

Nos termos deste contrato de constituição de sociedade limitada, a sociedade não se dissolverá pela morte, incapacidade, retirada de sócio quotista, nem por exclusão. Também não haverá dissolução da sociedade mesmo que remanesça um único sócio, continuando a sociedade, nesta hipótese, a permanecer com o sócio remanescente por prazo indeterminado em consonância com os §§ 1º e 2º do art. 1052 da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS:

As deliberações dos sócios, obedecidas ao disposto no art. 1.010 do Código Civil, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada por qualquer um dos sócios, nos casos previstos em lei ou no contrato, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As convocações serão efetuadas por carta registrada, telegrama, ou qualquer outro meio que permita o registro de recebimento, dispensando-se as formalidades de convocação previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando

todos os sócios comparecerem ou forem comunicados na forma acima, para estarem cientes do local, data e ordem do dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as deliberações da sociedade, inclusive as matérias constantes do art. 1.071 do Código Civil, somente serão consideradas como aprovadas se assim o forem pelos sócios da sociedade, permitindo-se o registro dos atos perante a Junta Comercial com a assinatura dos sócios que representarem esse quórum mínimo, dispensada a assinatura dos dissidentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A reunião torna-se dispensável quando os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO QUARTO: A sociedade poderá adotar livro de atas para o registro das deliberações sociais, considerando-se aprovada e válida quando assinada pelos administradores da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

A sociedade será regida, em primeiro lugar, pelas disposições deste Contrato. Serão aplicadas, supletivamente, as normas do Livro II, Título II, Subtítulo II, Capítulo IV, do Código Civil de 2002 – Lei 10.406, de 10.01.2002, e, subsidiariamente a elas, as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ACORDO DE SÓCIOS:

Todos e quaisquer acordos de sócios existentes entre os sócios da Sociedade deverão estar arquivados em sua sede e à disposição de qualquer sócio da Sociedade que deseje ter acesso a seu conteúdo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os acordos de sócios deverão obedecer às prescrições da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, em especial o artigo 118, daquele Diploma Legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão os acordos de sócios ser levados a registro perante a Junta Comercial, para que tenham validade contra terceiros. Entre os signatários, contudo,

terão valor independentemente de registro e, no caso de descumprimento, poderão ser objeto de execução específica, conforme neles estiver previsto.

Fica eleito, desde já, o foro e comarca da cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo para julgar qualquer ação fundada neste instrumento, rejeitando-se a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias, de igual forma e teor.

Nova Odessa/SP, 04 de março de 2024.

ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS:

NATANAEL PEREIRA
RG: MG-4.112.771

MAGALI APARECIDA E. PEREIRA
RG: MG-4.028.610

SÓCIOS ADMINISTRADORES:

LUCAS ESTEVES PEREIRA
RG: MG-15.335.170

MATHEUS ESTEVES PEREIRA
RG: MG-17.621.515

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 04/03/2024 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
Atos Constitutivos e alterações.pdf			
MAGALI APARECIDA ESTEVEZ PEREIRA	82560439620	06/03/24 09:26	AC ONLINE RFB v5 / PDF-1.7
NATANAEL PEREIRA	50269054634	06/03/24 09:28	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7
LUCAS ESTEVES PEREIRA	11009318640	06/03/24 09:30	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7
MATHEUS ESTEVES PEREIRA	11009424670	06/03/24 09:31	AC SyngularID Multipla / PDF-1.7

*Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº
SPN2413445556*

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPN2413445556** de Alteração de Capital e QSA e Consolidação da Matriz da empresa **VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Sérgio Manuel Da Silva**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 08/03/2024.

Sérgio Manuel Da Silva, CPF: 06996745810

Este documento foi assinado digitalmente por Sérgio Manuel Da Silva e é parte integrante sob o protocolo Nº SPN2413445556.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **VERDE LAGOS PARTICIPACOES LTDA. de NIRE 35233490018**, protocolizado sob o número **SPN2413445556** em **08/03/2024**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1054778243**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 08/03/2024.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080